

A ÉTICA CRISTÃ NA CONQUISTA DO MÉXICO ATRAVÉS DA CORRESPONDÊNCIA DE HERNAN CORTEZ

Rioldo AZZI

Departamento de Filosofia — UFRJ

Os estudos recentes sobre o processo de colonização na América Latina tem acentuado com freqüência o caráter violento da conquista ibérica. Conseqüentemente, os líderes da dominação colonial passaram a ser apresentados como cruéis, sanguinários e desalmados.

A análise que pretendo fazer em base à correspondência de Hernan Cortez com a corte da Espanha não pretende transformar o conquistador do México numa pessoa pacata, delicada e respeitosa dos direitos humanos. A finalidade específica deste estudo não é uma análise do indivíduo, mas sim da cosmovisão que regia a mentalidade dos conquistadores, procurando assim entender o viés ideológico que lhes permitia usar a violência não só impunemente, mas até com sentimento de orgulho pela missão cumprida.

Em linha geral, como se pode observar no caso específico de Cortez, sua atuação guerreira era justificada por princípios deduzidos da ética cristã, tal qual era concebida e interpretada geralmente nos primórdios do século XVI. A forma explícita e sincera com que capitão narra ao monarca suas proezas mostra claramente as convicções de que estava imbuído em sua ação conquistadora.

Através de cinco cartas, escritas entre 1519 e 1526, e endereçadas ao imperador Carlos V, Cortez dava conta ao príncipe de suas atividades a serviço da Coroa. As notícias da primeira carta, hoje perdida, foram em seguida enviadas também pelos procuradores de Vila Rica de Vera Cruz, a 10 de julho de 1519.

Essa correspondência com a Coroa foi publicada recentemente em edição brasileira pela LPM, sob o título **A Conquista do México**.

Em minha análise, desejo privilegiar alguns aspectos que permitam vislumbrar não só a matriz ética em que se inspirava o conquistador do México, como também mostrar o entrelaçamento e a coesão interna dos diversos princípios justificadores da dominação colonial.

I – A SACRALIDADE RÉGIA

Para uma exata compreensão do processo de conquista na América Latina é necessário partir de um pressuposto básico: a sacralidade de que estavam revestidos os monarcas ibéricos. Essa sacralidade advinha não apenas dos rituais de consagração religiosa que retificavam a elevação dos monarcas ao trono, desde a época carolíngia, não somente da declaração da fé católica dos príncipes da Península Ibérica, mas sobretudo das bulas pontifícias que conferiam às Coroas da Espanha e de Portugal os direitos de padroado, ou seja, o privilégio de coordenarem pessoalmente o processo de evangelização católica das novas terras descobertas. Tal privilégio lhes fora atribuído como uma forma de reconhecimento por parte da Santa Sé pelos relevantes serviços prestados à causa católica nas lutas contra os árabes muçulmanos, os quais por longo tempo haviam implantado o seu domínio na Península Ibérica.

Em função das bulas pontifícias, os reis católicos da Espanha e Portugal ficavam constituídos oficialmente como chefes efetivos da Igreja nas novas terras descobertas, e cuja implantação era a eles confiada pela própria Cúria Romana.

Já desde a Idade Média, através do sistema feudal, o caráter sagrado da autoridade fora altamente prestigiado através do juramento de fidelidade. A solene promessa de obediência à autoridade estabelecida baseava-se fundamentalmente na concepção de que o seu poder tinha como fonte imediata a própria divindade. Dessa forma os governantes eram vistos, sob a inspiração do pensamento cristão, como representantes de Deus, colocando-se exatamente por isso no alto da pirâmide social. Quanto mais amplo o poder do chefe político, mais elevado se afigurava diante da sociedade. Dessa forma, os imperadores e os reis eram colocados no vértice da estrutura social, dignos por conseguinte do maior respeito e acatamento. Exatamente em função desse caráter sagrado, qualquer violência ou rebelião contra a autoridade régia era considerada como um ato de violação de uma pessoa sagrada.

No caso dos monarcas da Península Ibérica, a sacralidade do poder régio manifestava-se ainda com maior intensidade, em vista da missão especificamente religiosa de que estavam revestidos. Por conseguinte, perante o rei, os súditos deveriam não só reconhecer sua magnitude política, como também a sacralidade específica que o envolvia.

Esse reconhecimento originava-se de uma matriz religiosa e ética ao mesmo tempo; religiosa, porquanto a divindade se tornava avalista da autoridade régia; mas também ética, pois a regulamentação moral da vida social era considerada como competência do próprio príncipe, assessorado evidentemente pelos ministros do culto.

O capitão Hernan Cortez estava plenamente consciente da magnitude e elevação do poder de Carlos V. Por isso, na segunda carta, escrita de Nova Espanha a 30 de outubro de 1520, ele se dirige ao monarca como “mui alto e poderoso, e mui católico príncipe, invictíssimo imperador e senhor nosso”; a terceira carta, datada de 15 de maio de 1522, é endereçada ao “mui alto e potentíssimo príncipe, mui católico e invictíssimo imperador, rei e senhor”; na quarta carta, por sua vez, ele escreve de Nova Espanha, atual México; ao “mui alto, mui poderoso e excelentíssimo príncipe, mui católico, invictíssimo imperador, rei e senhor”.

Em todas as cartas aparece a expressão “mui católico”, que passava a constituir uma verdadeira marca registrada dos monarcas hispânicos, reforçando evidentemente a sua sacralidade. Nestes termos, a quinta carta, datada de 3 de setembro de 1526 é destinada à “sacra, católica e cesárea majestade”. Aliás, ao longo dessa correspondência, Cortez faz questão de ressaltar esse aspecto da sacralidade régia. Na segunda carta o conquistador manifesta a preocupação com o “serviço de vossa sacra majestade” e do “mui católico senhor”¹. Conforme afirmava ele na carta seguinte, diante da tropa reunida na cidade de Toscaltecal, “a todos falei dizendo que já sabiam como eles e eu, para servir à vossa sacra majestade, havíamos chegado a esta terra...”².

A dignidade e a sacralidade do poder régio, de fato, exigiam uma resposta fundamental dos súditos: o serviço. Exatamente pela dignidade religiosa do monarca, o serviço régio devia ser considerado como um dever e uma honra ao mesmo tempo.

II – O SERVIÇO DE SUA MAJESTADE

A sociedade medieval, pautada sobretudo no regime feudal, fora organizada através de dois estamentos principais: os senhores e os servos. Essa divisão social básica perdurava na Península Ibérica na época das descobertas, expressa nos dois grupos: nobreza e plebe. Não se deve, evidentemente olvidar, a presença significativa da burguesia comercial emergente, representada sobretudo pelos judeus, a partir de meados do século XV, mas reprimida violentamente, já nas primeiras décadas do século seguinte pela implantação dos tribunais da Inquisição. Em vista disso, não se chegou a elaborar na Península Ibérica uma ideologia burguesa, continuando a dominar nas relações sociais a antiga mentalidade segundo a qual à vassalagem dos servos era oferecida em contrapartida a proteção senhorial.

Dentro dessa perspectiva, estar a serviço direto do monarca constituía uma graça especial. Nessa concepção ética não existem direitos pessoais ou sociais. O monarca, de fato, situado no vértice da sociedade, é

o detentor de um poder absoluto, exercido em nome de uma delegação divina. O poder real é considerado como um privilégio e uma graça divina: "rei, pela graça de Deus". Estar a serviço do rei e ser fiel a ele constitui a forma mais perfeita de participar de alguma forma da benevolência divina.

Daí, como conseqüência prática, o desenvolvimento do espírito áulico: para se participar nos privilégios do monarca é necessário permanecer nas suas "graças". Nada pior do que "cair na des-graça" do príncipe.

É em geral dentro desse horizonte que atuam os conquistadores. É esta a visão, aliás, que aparece explicitamente na correspondência de Hernan Cortez.

Em suas cartas, o conquistador do México mostra claramente o esforço para manter-se nas "boas graças" de Carlos V, procurando desfazer acusações e intrigas a respeito de suas atividades nas novas terras conquistadas. Para isso insiste nas declarações e protestos de fidelidade e serviço do monarca.

A 30 de outubro de 1520, ao expor as rivalidades com Diego Velasquez a respeito do domínio sobre o novo território, ele declara enfaticamente: "eu e os que estavam comigo estávamos dispostos a morrer em defesa destas terras, pois as havíamos conquistado e pacificado para vossa majestade; e não poderíamos ser traidores e desleais para com nosso rei". E mais adiante acrescenta: "decidi correr o risco de morrer a serviço do meu rei, para defender e amparar suas terras e minha companhia"³.

É uma proclamação significativa de fidelidade e vassalagem, que pressupõe evidentemente a plena aceitação da sacralidade do poder régio. Por outro lado, ao referir-se ao enviado de Velasquez chamado Narvaez, Cortez fala do "desserviço que ele prepara contra vossa majestade".

Na carta de 3 de setembro de 1526, por sua vez, o capitão afirma textualmente:

"Por causa de minha lesão no braço, já estava ocioso há muito tempo e ansiava por fazer alguma coisa de que vossa majestade se servisse"⁴.

Na correspondência com o imperador, as duas palavras "serviço" e "desserviço" ocorrem freqüentemente, para indicar seja a ação honesta, seja aquela destituída de valor moral, cuja medida em última análise é a utilidade e o proveito auferido pela Coroa.

Convém ainda ressaltar que as cartas do conquistador terminam todas com uma declaração solene de vassalagem análogas a esta, contida na missiva de 30 de outubro de 1520: "do mui humilde servo e vassalo de vossa sacra majestade, que beija os mui reais pés e mãos de vossa alteza".

A 3 de setembro de 1526 ele encerra seu relatório com estas palavras: "quanto a mim, só quero continuar a servir a vossa alteza com lealdade e dedicação, e não quero outro pagamento para meus filhos que não seja o reconhecimento destes serviços".

Da palavra "servo", originou-se em português o termo "serviço", e deste por sua vez surgiram dois adjetivos: "serviçal" e "servil".

O adjetivo "serviçal" indica a disposição de "servil", de ajudar a outrem, implicando numa conotação ética positiva. Também o adjetivo "servir" refere-se a atitude de auxílio, mas numa perspectiva ética negativa, ou seja, quanto o serviço implica na renúncia ao próprio caráter, aos próprios valores pessoais, ou quando é feito com a finalidade primordial de bajulação. Daí proveio o substantivo "servilismo".

Nas proclamações de Cortez, tem-se a impressão não apenas de uma atitude serviçal, mas até mesmo servil. Na quarta carta, de fato, ao comunicar ter recebido um documento através do qual "vossa majestade era servida pelo que seu fazia em seu real nome", ele prossegue: "por este documento mil vezes beijo os reais pés de vossa cesárea majestade". Na missiva de 15 de outubro de 1524 ele passa a elencar o custo de diversas expedições, "sem contar outros gastos de minha fazenda". Em seguida, o espírito áulico emerge claramente nestes termos:

"Porém, como é para o serviço de vossa majestade, se a minha pessoa fosse gasta junto, isto seria uma grande honra e recompensa"⁵.

A atitude ética assumida pelo conquistador do México, portanto, parece ambivalente. Se de um lado dispõe-se a sacrificar a vida pelos interesses do príncipe, por outro parece por vezes pouco cioso de sua dignidade pessoal, sequioso por obter o beneplácito imperial. Este último elemento, porém, não deve ser muito enfatizado, tendo-se em conta a concepção social de que o poder real estava revestido.

Aliás, não é apenas o monarca que aparece revestido de uma concepção sacral, ela passa também a envolver toda a aventura da conquista.

III – A CONQUISTA DAS NOVAS TERRAS

Uma das razões da benevolência especial da Santa Sé para com os monarcas da Península Ibérica era sua luta multiseular em prol da reconquista do território, invadido desde o século VI pelos árabes. Essa luta envolvia dois aspectos conjugados: por um lado, despertava a consciência nacional entre os hispanos e os lusos, e por outro, fortalecia a mentalidade de que o sentimento pátrio estava vinculado indissol-

livelmente às convicções religiosas. De fato, o fortalecimento da hispanidade e da lusitanidade caminhava de braços dados com a idéia de defesa da fé católica na luta contra os muçulmanos.

Em conseqüência dessa fusão — e confusão — entre ideais patrióticos e religiosos, espanhóis e portugueses atribuíam a si a denominação de “cristãos” ou “católicos” em oposição aos “infiéis”. Criava-se assim uma poderosa matriz ética ao redor do binômio Pátria e Fé. Daí constituía-se um verdadeiro imperativo moral o combate “pela pátria e por Deus”.

Progressivamente, ao longo dos séculos XV e XVI a idéia de reconquista do território e defesa da fé passou a ser ampliada para a concepção de conquista de novos territórios e ampliação da fé. Como os monarcas ibéricos atuavam em força do direito de Padroado, as novas terras deveriam ser consideradas como o espaço oportuno para a ampliação da Cristandade. Dessa forma a aventura da conquista significava não apenas um “serviço de Sua Majestade”, mas ao mesmo tempo um “serviço” prestado ao próprio Deus. Essa, aliás, é a perspectiva dentro da qual atuam Cortez e os outros conquistadores hispânicos. Por isso, em carta enviada à rainha D. Joana e ao imperador Carlos V seu filho pela Justiça e Regimento da Vila de Vera Cruz, a 10 de julho de 1519, a respeito de alguns espanhóis prisioneiros em Yucatan, se afirma que “pareceu a Cortez que faria mui bom serviço a Deus e suas majestades em trabalhar para que saíssem do cativoiro”⁶.

A 3 de setembro de 1523 o próprio Cortez afirma ter falado ao senhor de Itapân “sobre o trabalho que vínhamos fazendo em nome de Deus e de vossa majestade para livrá-los da maldade que o demonio lhes impunha”⁷.

A conquista, de fato, tem um caráter totalitário. A idéia de conquista supõe a apropriação de terras e pessoas para submetê-las ao próprio domínio. Toda a conquista, portanto, inclui uma certa violência aplicada contra os seres da natureza, podendo ser tanto física como moral. Na realidade, “conquistar” significa “dominar”, “subjugar”. Na conquista da América dois eram os ingredientes básicos: o domínio sobre as novas terras descobertas por parte das Coroas ibéricas e a submissão dos povos que nelas habitavam a esse poder régio.

No espírito de conquista, não se considerava o direito dos outros, mas apenas o próprio. Era o direito dos discípulos fiéis a Cristo frente aos infiéis. Diante da força da conquista, as populações deveriam aceitar a nova dominação por bem ou por mal: não lhes era oferecida outra alternativa.

Os comandantes das frotas e os capitães das tropas ibéricas, aliás, traziam em mente não apenas a idéia de descobrir novas terras, mas também de conquistá-las para suas respectivas Coroas.

Hernan Cortez expressa claramente essa mentalidade neste tópicico da carta de 15 de maio de 1522, onde alude à presença hispânica no território mexicano:

“Contornada esta situação, mandei dizer ao capitão que havia conquistado a província de Guaxara que fosse auxiliar Pedro de Alvaredo, o qual desde janeiro tentava conquistar a província de Tututepeque, que situa-se a quarenta léguas além de Guaxara, junto ao mar do Sul. Precisávamos conquistar aquela província para abrir o caminho para o mar do Sul. Além desta tentativa por terra, também mandei aparelhar duas caravelas mediante e dois bergantins para saírem pela costa em busca do dito mar, pois a conquista do mesmo será a coisa mais importante que resultará a serviço de Vossa Majestade depois que as Índias foram descobertas”⁸.

Não deixa de ser significativo que neste pequeno trecho o redator da correspondência empregue quatro vezes o termo “conquista”.

Apesar do caráter violento implicado nas expedições de conquista, os capitães ibéricos supunham contar sempre com especial proteção divina no desempenho dessas missões. De fato, sua tarefa incluía também um aspecto religioso. Tratava-se não apenas de transformar os habitantes dessas terras em súditos das Coroas ibéricas, mas também de convertê-los à fé cristã. De certa forma, portanto, estavam colaborando no próprio desígnio salvífico de Cristo.

IV – A PROTEÇÃO DIVINA

A realização das expedições para o novo mundo eram feitas com a autorização e o apoio do poder régio. Sendo este revestido de sacralidade, as missões por ele conferidas ficavam perpassadas por essa mesma aura sacral.

Hernan Cortez mostra em sua correspondência ter uma segurança plena de que Deus está a seu lado, defendendo a cada momento, os interesses hispânicos no novo mundo. Essa convicção, evidentemente, ancorava-se na idéia de que essas conquistas implicavam também em profundos interesses para a fé católica. Por conseguinte, o conquistador não se apresentava apenas como um soldado do rei, mas também como um soldado a serviço de Deus.

Nada, talvez, chame tanto a atenção nas cartas desse capitão como o seu apelo contínuo à proteção divina. Assim, por exemplo, ao comunicar ao imperador que pretende encontrar-se com o rei dos astecas Montezuma, Cortez declara que o faz “confiando na grandeza de Deus e com o ânimo do real nome de vossa majestade”⁹.

Mais tarde, após a prisão de Guatimucin, Cortez informa que os espanhóis se recolheram ao acampamento “dando graças a Deus Nosso Senhor pela imensa graça de tão desejada vitória”¹⁰.

Mais adiante, ao descrever outro combate contra os astecas, afirma que “com a ajuda de Nosso Senhor conseguimos desbaratá-los e colocá-los em fuga”¹¹.

É a Deus também que ele atribui a conquista da capital dos astecas. Em seguida, na carta de 3 de setembro de 1526, após expor as dificuldades passadas por falta de remédios, acrescenta: “mas quis Nosso Senhor, como sempre, nos socorrer nos momentos mais difíceis”¹².

Na realidade, Cortez parece não ter dúvida nenhuma de que Deus está realmente comprometido com as conquistas realizadas pelos espanhóis. Apesar do caráter universal da divindade, existia a convicção de que ela privilegiava com sua proteção os cristãos, e os interesses que eles defendiam; no caso concreto, os cristãos eram os espanhóis.

Aliás, tanto espanhóis como portugueses consideravam-se nesta época como povos predestinados por Deus para expandir a fé católica. As conquistas ibéricas, portanto, passavam a ser consideradas como uma espécie de missão divina, portadoras de uma bondade intrínseca. Os conquistadores continuavam imbuídos da mentalidade das cruzadas, cujo lema era “Deus o quer”.

Por conseguinte, tanto os obstáculos da natureza como as dificuldades humanas eram enfrentadas partindo do pressuposto de que contavam seguramente com a proteção divina. Eis um trecho bem expressivo, no qual, ao descrever a tomada de Tenochtitlán, Cortez mostra estar convencido de que atua como um instrumento do próprio projeto divino:

“Para seguir a vitória que Deus nos dava, sai ao amanhecer por aquela rua que conquistáramos... Com muita determinação, ânimo e ajuda de Nosso Senhor, ganhamos aquele dia quatro pontes e colocamos fogo em todas as torres e terraços ao longo do caminho... No outro dia tornei a sair, e Deus mais uma vez nos deu boa sorte e vitória, tendo conquistado todas as outras pontes que faltavam”.

Após ter declarado que “só Deus misericordioso pode me salvar” quando foi cercado pelos indígenas, Cortez acrescenta:

“Lutamos o dia todo e quis Deus Nosso Senhor que a noite caísse e os combates cessassem, e nós avistássemos um outro morro com uma torre e um lugar ótimo para acampar”.

E mais adiante:

“Mas quis Nosso Senhor mostrar seu grande poder e misericórdia para conosco, pois com toda a sua grandeza conse-

guimos reunir forças e quebrar a sua resistência... E assim fomos batalhando, e quis Deus que morresse uma pessoa deles que devia ser o principal, pois logo cessaram os combates"¹³.

O horizonte, portanto, dentro do qual atua Cortez é de um verdadeiro predestinacionismo divino. Essa perspectiva, aliás, está presente também nos demais conquistadores.

A certeza da proteção divina advinha-lhes, sem dúvida, pela finalidade absolutamente ética das conquistas: transformar povos que estavam sob o domínio do demônio em filhos de Deus, através da vassalagem a um príncipe católico, verdadeiro representante da divindade sobre a terra.

V – VASSALAGEM E CONVERSÃO

A obra da conquista hispânica tinha duas finalidades básicas: ampliação dos domínios territoriais da Coroa e aumento dos vassalos de Sua Majestade. Sendo o catolicismo religião oficial e exclusiva do Estado, a vassalagem das populações indígenas exigia como condição fundamental a conversão à fé cristã.

Por conseguinte, o domínio político e religioso caminhavam intimamente entrelaçados: converter-se ao catolicismo significava automaticamente aceitar a autoridade da Coroa espanhola, e a prestação de vassalagem ao monarca implicava necessariamente na aceitação da crença católica.

Em carta enviada à Corte da Espanha em data de 10 de julho de 1519, os membros da Justiça e Regimento da Vila Rica de Vera Cruz informam à rainha Dona Joana e ao imperador Carlos V, seu filho, a respeito das atividades de Cortez entre os indígenas, nestes termos bem expressivos:

"Saibam vossas majestades que o capitão pediu aos caciques que não vivessem mais de maneira gentílica, e eles lhes pediram que lhes desse a lei que deveriam seguir. O capitão lhes informou o melhor que sabia sobre a fé católica, e lhes deixou uma cruz de madeira e uma imagem da Virgem Maria, dizendo-lhes basicamente o que deveriam fazer para serem bons cristãos".

Por conseguinte, a conversão católica supunha que os indígenas renunciassem aos seus princípios éticos, ou seja, à sua "maneira gentílica" de viver, para adotar os padrões morais e sociais hispânicos. Além disso, havia a exigência da vassalagem:

"Deveriam saber que dali em diante tinham por senhores aos maiores príncipes do mundo, dos quais se tornavam vassalos e aos quais deveriam servir. E se fizessem isto, vossas majestades

lhes prestariam muitos favores, amparando-os e ajudando-os a se defenderem dos seus inimigos"¹⁴.

Cortez, portanto, propunha aos indígenas a introdução do sistema feudal de fidelidade; ou seja, aceitação da servidão em troca da proteção imperial. Não se olvidava também de explicitar o caráter religioso de sua missão, como enfatizava na carta de 15 de outubro de 1524:

"Todas as vezes que escrevo a vossa sacra majestade tenho falado da disposição dos nativos destas partes em se converter à nossa santa fé católica. E torno a suplicar o que sempre tenho pedido: que mande mais religiosos, de boa vida e exemplo, para o trabalho de conversão desta gente, porque disto Nosso Senhor será muito bem servido e se cumprirá o desejo de vossa católica alteza".

Mais adiante, reafirma seu empenho em "buscar toda a boa ordem possível para que estas terras se povoem, e que nelas nativos e espanhóis se conservem e perpetuem, e nossa fé se arraigue, pois vossa majestade me deu esta honrosa tarefa e Deus me dá saúde"¹⁵.

A conversão dos indígenas, portanto, fazia parte do projeto de conquista de Hernan Cortez.

Não obstante, embora empenhado totalmente em implantar no México a dominação e ordem colonial, o capitão era suficientemente inteligente para perceber que os astecas mantinham uma organização política e social invejável. Por isso, na carta de 30 de outubro de 1520 afirma ter procurado dar "um pequeno relato das grandezas, maravilhas e estranhezas desta grande cidade de Tenochtitlán de sua gente, seus ritos e costumes, assim como da maneira ordeira como a governam, o que se dá da mesma forma nas outras cidades"¹⁶.

Esses aspectos, aliás, já tinham sido ressaltados em outro tópico da mesma carta:

"Finalmente se tem que dizer que entre eles há ordem e policiamento, sendo gente muito melhor do que a da África... A ordem que esta gente conseguiu consiste em governar quase como Veneza, Gênova ou Piza, porque não há nenhum senhor geral de todos. Há muitos senhores, e todos residem nesta cidade. O povo é todo lavrador e vassalo destes senhores, tendo cada um sua própria terra, uns mais que os outros. Quando há guerra, todos se juntam"¹⁷.

Apesar disso, não se deixou escolha aos povos astecas, pois os espanhóis não concebiam a possibilidade de que nas terras descobertas se fugisse à dominação política e religiosa da metrópole. Por isso, em carta de 10 de julho de 1519 os procuradores de Vila Rica de Santa Cruz declaravam:

“É certo que se servissem a Deus com tanta fé e dedicação muitos milagres obteriam, e é certo também que esta gente veria mais facilmente o verdadeiro caminho da fé, porque vivem politicamente melhor que qualquer outra gente que por estas partes temos visto”¹⁸.

Foi exatamente o desenvolvimento dessa consciência política que levou os astecas, ao contrário das expectativas hispânicas, a resistirem com denodo em defesa dos seus valores culturais e religiosos.

Não tendo aceitado pacificamente a dominação que Cortez e seus homens lhes queriam impor, os astecas foram submetidos progressivamente a uma guerra de destruição e extermínio. Ao recusar a dominação católica, de fato, eles se transformavam automaticamente em “má gente”¹⁹, segundo a expressão do próprio conquistador do México.

VI – A GUERRA SANTA

Como já ressaltai anteriormente, o processo de conquista não deixava alternativa para que os povos indígenas pudessem continuar a viver com suas antigas estruturas de sociedade, devendo submeter-se à dominação colonial. Assim sendo, não lhes restava senão a resistência armada, como esforço desesperado de preservação de sua antiga liberdade.

Na medida, porém, em que ofereciam alguma resistência à dominação, davam também pretexto para que a luta contra eles fosse considerada justa e santa, por estarem colocando obstáculo à expansão da fé cristã.

Na realidade, não se pode dizer que os conquistadores estavam simplesmente buscando justificativa para exterminar os índios. Como fica bastante claro pela narrativa de Cortez, muitos deles estavam de fato convencidos de que sua missão era expandir a fé, mesmo à custa da morte, repetindo o grito dos francos diante dos seus inimigos: “Crê ou morre!”

Eis como Cortez descreve um de seus combates contra os astecas:

“Eram mais de cem mil índios que lutaram conosco até uma hora antes do pôr do sol... Até parece que foi Deus que lutou por nós, tamanha era a multidão que nos cercava e sua disposição para a luta”.

E mais adiante prossegue:

“Antes que os nativos pudessem se juntar, queimei seis pequenos povoados e levei para o acampamento quatrocentas pessoas, entre homens e mulheres, sem que me fizessem qualquer dano... Mas quis Deus Nosso Senhor que em questão de quatro horas tivéssemos a situação dominada,

tendo os índios se retirado, embora ainda realizando algumas arremetidas.

Antes do amanhecer do dia seguinte tornei a sair com cavalos, peões e índios e queimei dez povoados, onde havia mais de três mil casas. Como trazíamos a bandeira da Cruz e lutávamos por nossa fé e por serviços de vossa sacra majestade, em sua real ventura nos deu Deus tanta vitória, posto que matamos muita gente sem que nenhum dos nossos sofresse dano”.

Em face da resistência de alguns dos seus em continuar a luta, Cortez lembra-lhes os compromissos religiosos:

“Tínhamos algumas pessoas querendo desistir da tarefa, só não fazendo porque eu lhes disse que, como cristãos, éramos obrigados a lutar contra os inimigos da nossa fé, e além disso havíamos conseguido no outro mundo a maior honra e glória que até nossos tempos nenhuma geração conquistou”²⁰.

Reeditava-se portanto, no México, o mesmo espírito das cruzadas, com uma diferença básica gritante, porém. Na Idade Média, segundo a mentalidade dominante, tratava-se de libertar a terra santa das mãos dos muçulmanos, considerados como ilegítimos invasores. Nos séculos XV e XVI eram os conquistadores espanhóis que, apelando aos mesmos princípios religiosos, procuravam assim justificar a indébita invasão no território indígena.

Segundo a concepção medieval, os direitos de Deus se sobreponham aos direitos dos homens. Diante dessa perspectiva, os que recusavam a fé católica eram considerados inimigos de Deus, perdendo assim o direito à existência terrena. No caso dos indígenas mexicanos, porém, não se tratava simplesmente de uma recusa com relação à fé, mas principalmente da não aceitação do pressuposto da dominação colonial, imbuído na conversão cristã. Sob o ponto de vista hispânico, porém, essa distinção não era percebida, em vista do longo processo histórico através do qual se haviam fundido os interesses políticos e religiosos sob a única bandeira das Coroas católicas da Península Ibérica.

É muito expressivo a esse respeito, aliás, o discurso feito por Cortez aos seus homens por ocasião da revista à tropa, antes do ataque à cidade de Tenochtitlán, retomada anteriormente pelos astecas:

“Que vissem o quanto convinha ao serviço de Deus e de vossa sacra majestade tornar a cobrar o perdido, pois para isto tínhamos justas razões. De um lado, por lutar em aumento da nossa fé e contra gente bárbara, e de outro, pela segurança de nossas vidas e pela ajuda que tínhamos de nossos amigos nativos. E para boa ordem das coisas, no tocante à guerra, dei certas ordens que roguei que fossem cumpridas, porque isto redonda-

ria à serviço de Deus e de vossa sacra majestade. E todos prometeram cumprir o disposto e lutar até à morte por nossa fé e para cobrar a tão grande traição que nos haviam feito os de Tenochtitlán e seus aliados. Em nome de vossa majestade eu lhes agradecia, e encerrei aquele dia de revista²¹.

Cortez, portanto, não tinha dúvidas. Segundo ele, o campo de batalha estava dividido entre os civilizados e cristãos de um lado, e os bárbaros e inimigos da fé do outro. Seus homens deveriam lutar, matar ou morrer, se necessário, para defender os valores da civilização e da fé cristã, representados pela Coroa hispânica. Na realidade, porém, não se tratava de defesa alguma, mas sim de um processo violento de imposição cultural e religiosa.

VII – A VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA

Além da guerra, muitas outras formas de violência foram utilizadas por Cortez a fim de vencer os focos de submissão e revolta que continuavam a subsistir no território mexicano. Embora não se trate de minimizar a importância dessas contínuas violações dos direitos humanos, é necessário ter presente o contexto da própria civilização ibérica, onde se havia institucionalizado a violência por motivos religiosos através dos tribunais da Santa Inquisição. É dentro desse clima, onde se pretende impor a verdade pela força, que atua o conquistador do México. Assim, tendo suspeitado que a embaixada enviada pelo chefe indígena de Campoal fosse composta de espiões, Cortez atuou com energia:

“Mandeí prender os cinqüenta e cortar-lhes as mãos, e os envieí a seu senhor para que dissessem a ele que quando ele viesse saberia quem éramos²².”

A violência torna-se um instrumento necessário para vencer a resistência indígena. E não só a violência, mas a astúcia, o engano. Enfim, todos os meios que contribuíam para a finalidade última e suprema, ou seja, a implantação da Cristandade colonial nas terras indígenas.

Assim, diante da oposição dos indígenas de Churultecal, Cortez afirmava que “só falaria com os senhores da cidade, e dei um prazo de três dias para que viessem até ali, caso contrário seriam castigados, como todos aqueles que não querem se submeter à vossa alteza real”.

E acrescenta depois:

“Chamei alguns senhores da cidade, dizendo que queria falar-lhes, e tranquei-os em uma sala, com aviso aos nossos para que quando ouvissem um tiro de escopeta caíssem sobre a

maior quantidade de índios possível. E assim foi feito. Em duas horas matamos mais de três mil índios, e prendemos na sala todos os chefes”²³.

Ao ter notícia de que na cidade de Almeria haviam sido mortos alguns espanhóis, Cortez pede que sejam trazidos à sua presença o chefe Qualpopoca, e mais quinze líderes indígenas. E acrescenta depois: “mandei então queimar todos vivos, o que foi feito em uma praça”²⁴.

Diante da insurreição da população de Tututepeque, Cortez mostrava-se impiedoso: “consegui logo prender o senhor principal da província e um irmão, acabando a revolta”. Depois, seguiram-se os castigos:

“Ao senhor e ao capitão geral mandei enforcar, enquanto que umas duzentas pessoas que prendemos transformamos em escravos. Estes foram ferrados e vendidos no mercado, sendo repartido o dinheiro entre os que fizeram a guerra, depois de tirado o quinto de vossa majestade. Isto, no entanto, não chegava a pagar os doze cavalos que perdemos...”²⁵.

Desde a Idade Média os teólogos cristãos haviam passado a aceitar a escravidão resultante de uma guerra justa, como forma de preservação da vida dos prisioneiros. A guerra justa, aliás, passara a ser proclamada como uma das causas mais comuns para justificar o tráfico de negros e a escravidão africana.

Também a escravidão passou a ser utilizada freqüentemente como forma de impor a dominação colonial. Por isso, na carta de 30 de outubro de 1520, Cortez escreve ao monarca:

“Fiz muitos escravos nestas províncias — dos quais dei o quinto para os oficiais de vossa majestade — para provocar medo nos de Culúa, e porque há gente que se não provocarmos grande e cruel castigo não se emendam jamais”²⁶.

Cortez, portanto, não hesitava em lançar mão de todos os recursos possíveis, mesmo os mais violentos, para garantir a dominação hispânica, e conseqüentemente, a implantação dos princípios cristãos nas novas terras conquistadas. Não obstante, o conquistador sabia também mostrar-se menos rigoroso, quando a dominação era aceita, conforme este seu próprio testemunho:

“Neste meio tempo vieram se oferecer ao real serviço de vossa majestade os nativos de uma população situada duas léguas acima da serra onde combatemos nossos inimigos... Eu lhes disse que, como sempre estavam aliados aos de Culúa, eu pensava eliminar suas pessoas e fazendas, mas diante desta mudança, em nome de vossa majestade eu lhes perdoava o erro passado e os admitia no real serviço do soberano da Espanha”²⁷.

Na mente do conquistador portanto, o uso da violência é apenas um instrumento necessário e oportuno a fim de fazer valer os direitos da fé e do império metropolitano.

VIII – A DESTRUIÇÃO DOS DEUSES

Sem dúvida, uma das violências da conquista que mais atingiram as populações indígenas do México foi a violação e profanação de seus templos e a destruição dos seus deuses.

É opinião bastante corrente nos atuais estudos antropológicos de que a religião constitui geralmente o cerne, a alma das antigas culturas agrárias. Foi a partir dos mitos religiosos que se estabeleceu a organização política, social e cultural de inúmeros povos. A cosmovisão dos astecas, por exemplo, era fundamentalmente religiosa.

Na mente dos conquistadores, porém, a única religião verdadeira era a católica, permanecendo como o único instrumento do culto divino. Todas as demais religiões eram consideradas falsas constituindo-se como artimanhas do demônio para afastar os homens do caminho da verdade e do bem. Exatamente por não adotarem o culto católico, Cortez referia-se aos astecas como “gente bárbara e tão apartada do conhecimento de Deus”²⁸. Não obstante, ele não ignorava a força que esses povos indígenas tiravam de sua religião, transformando-a num forte obstáculo à dominação estrangeira.

Preocupado em quebrar a força moral da resistência asteca, Hernan Cortez atacou fortemente o culto, procurando desmoralizar o poder dos seus deuses. Após manter Montesuma prisioneiro na cidade de Tenochtitlán, o conquistador iniciou o processo de destituição dos deuses indígenas, substituindo-os pelos santos católicos. Eis suas palavras, na carta de 30 de outubro de 1520:

“Os principais destes ídolos, e nos quais tinham mais fé, eu derrubei de seus assentos e os fiz descer escada abaixo... Em lugar dos ídolos mandei colocar imagens de Nossa Senhora e de outros santos, apesar da resistência de Montesuma, e de outros nativos, por entenderem que as comunidades se levantariam contra mim”.

E mais adiante acrescenta:

“Eu os fiz entender quão enganados estavam em ter esperanças naqueles ídolos, e que deveriam saber que existe um só Deus, senhor universal de todos, o qual havia criado o céu, a terra e todas as coisas e fez a eles a nós, sendo imortal. Insisti em que não matassem mais criaturas em sacrifícios para seus ído-

los, e providenciei a limpeza das capelas e colocação de nossos santos"²⁹.

Mais tarde, diante da população revoltada contra a presença espanhola, Cortez mandou incendiar o templo principal do culto asteca:

"Mandei colocar fogo naquela torre e nas demais da mesquita, de onde já havíamos retirado as imagens que havíamos posto".

E conclui com esta frase bastante incisiva:

"Perderam muito do seu orgulho ao tomarmos a fortaleza"³⁰.

Foi tal o impacto dessas medidas que sobre as populações indígenas, que seus líderes religiosos chegaram mesmo a pedir a extinção da raça, como aparece documentado num dos poemas dessa época: "Deixai-nos morrer, pois que os nossos deuses estão mortos!".

A destruição dos deuses constituiu um elemento básico para a desestruturação da cultura asteca, garantindo assim eficazmente a dominação hispânica, e a transplantação da cultura européia para as novas terras conquistadas na América.

CONCLUSÃO

Com a implantação da sociedade colonial na América Latina, fica bem patente a existência de três matrizes éticas principais: uma trazida pelos espanhóis e lusitanos no bojo do próprio projeto colonizador, e que se poderia chamar de ética da conquista; a segunda, moldada nas culturas autóctones, e utilizada como forma de autodefesa diante da dominação colonial, oportunamente designada como ética da resistência latino-americana, elaborada por aqueles poucos que, embora originários das metrópoles, se empenharam em impedir de alguma forma que a violência da conquista aniquilasse as populações indígenas, postura essa hoje conhecida como ética da libertação.

A análise por mim elaborada procurou colocar em evidência um exemplo típico da primeira matriz ética, através da correspondência de Cortez, o conquistador do México.

Talvez o elemento mais importante a ser ressaltado nesta conclusão seja o caráter totalizante e totalitário da ética da conquista. De fato, esse tipo de ética não permitia o diálogo intercultural, partindo do pressuposto da exclusividade da crença católica cuja aceitação se tornava necessária como condição indispensável para a sobrevivência das populações autóctones.

Assim como a metrópole atribuía a si o monopólio econômico nas colônias, reivindicava também um exclusivo controle ético e religioso.

A única fé admitida passou a ser a cristã, devendo os costumes ser pautados pelas normas da moral católica.

Não é porém apenas a absolutização da instituição religiosa católica impedindo qualquer diálogo com outras crenças, que deve aqui ser assinalada. É importante também ressaltar o caráter ideologizado com que essa fé e essa moral são apresentadas, uma vez que sua promoção estava intimamente vinculada aos interesses políticos e econômicos das metrópoles ibéricas. Dessa forma, a fé se transformava também num poderoso instrumento de dominação colonial: aceitar a religião católica e seus pressupostos éticos, portanto, significava por parte dos indígenas não só abdicar aos direitos humanos de liberdade de consciência, mas também renunciar às próprias raízes étnicas, perdendo dessa forma a identidade cultural. Daí se explica que muitos indígenas lutassem até à morte — para espanto de Cortez — a fim de não serem obrigados a ser ao imperador espanhol e a converte-se à fé católica.

NOTAS

(1) Cortez, Hernan, **A conquista do México**, Porto Alegre, LPM, 1986, pp. 30; 35.

(2) o. c., p. 68.

(3) o. c., p. 50.

(4) o. c., p. 120.

(5) o. c., p. 110; 113.

(6) o. c., p. 19.

(7) o. c., p. 123.

(8) o. c., p. 101.

(9) o. c., p. 29.

(10) o. c., p. 98.

(11) o. c., p. 108.

(12) o. c., p. 123.

(13) o. c., p. 55-57.

(14) o. c., p. 21.

(15) o. c., p. 117-118.

(16) o. c., p. 45.

(17) o. c., p. 35.

(18) o. c., p. 25.

(19) o. c., p. 34.

(20) o. c., p. 33-34.

(21) o. c., p. 68.

(22) o. c., p. 34.

(23) o. c., p. 37.

(24) o. c., p. 42.

(25) o. c., p. 107.

(26) o. c., p. 59.

(27) o. c., pp. 60-61.

(28) o. c., p. 47.

(29) o. c., p. 46.

(30) o. c., p. 55.